

Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, foi autorizada a nomeação definitiva, do Sr. Dr. José Manuel Henriques Pinheiro, na categoria de Assessor Principal da carreira Técnica Superior, Escalão 1, índice 710, para o quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos do disposto nos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, produzindo a mesma efeitos a 14 de Abril de 2005.

24 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Teresa Pratas Jorge*.

Despacho n.º 24645/2008

Por despacho de 8 de Julho de 2008, da Senhora Vice Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Dr.ª Teresa Pratas Jorge, em regime de substituição do Senhor Presidente nas suas faltas e impedimentos, uma vez obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, foi autorizada a nomeação definitiva, da Sr.ª Dr.ª Edite Maria Fernandes Moraes Osório Mora, na categoria de Técnica Superior Principal da carreira Técnica Superior, Escalão 1, índice 510, para o quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos do disposto nos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, produzindo a mesma efeitos a 1 de Setembro de 2007.

24 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Teresa Pratas Jorge*.

Despacho n.º 24646/2008

Por despacho de 8 de Julho de 2008, da Senhora Vice Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Dr.ª Teresa Pratas Jorge, em regime de substituição do Senhor Presidente nas suas faltas e impedimentos, uma vez obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, foi autorizada a nomeação definitiva, da Sr.ª Eng.ª Rufina Lucília Marques Vilão, na categoria de Assessora Principal da carreira Técnica Superior, Escalão 1, índice 710, para o quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos do disposto nos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, produzindo a nova categoria efeitos a 6 de Janeiro de 2007 e efeitos remuneratórios à data da cessação da comissão de serviço.

24 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Teresa Pratas Jorge*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 24647/2008

1-Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 39.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, delego e subdelego as seguintes competências:

1.1 — Na Directora dos Serviços de Fiscalização, licenciada Maria José Falcão

1.1 — 1 — Assinar a correspondência corrente necessária à instrução e tramitação de todos os processos que correm pela respectiva unidade orgânica;

1.1 — 2 — Autorizar deslocações em serviço em território nacional do pessoal da unidade orgânica que dirige, qualquer que seja o meio de transporte;

1.2 — No Director de Serviços de Ordenamento do Território, licenciado Carlos Alberto Pina Nunes:

1.2 — 1 — Assinar a correspondência corrente necessária à instrução e tramitação de todos os processos que correm pela respectiva unidade orgânica;

1.2 — 2 — Autorizar deslocações em serviço em território nacional do pessoal da unidade orgânica que dirige, qualquer que seja o meio de transporte;

1.2 — 3 — Decidir sobre pedidos de parecer prévio relativos à localização de estabelecimentos industriais, unidades comerciais, unidades de gestão de resíduos, unidades de regeneração de óleos usados, exploração de massas minerais, recintos com diversões aquáticas e instalações desportivas;

1.2 — 4 — Decidir sobre pedidos de parecer, de comunicação prévia e de autorização, relativos a intervenções em áreas de REN;

1.2 — 5 — Decidir sobre pedidos de parecer relativos ao estabelecimento de Zonas de Protecção e às obras de edifícios situados nas Zonas de Protecção de Imóveis Classificados;

1.2 — 6 — Decidir sobre pedidos de parecer no âmbito da gestão de zonas de defesa e controlo urbanos e de áreas sujeitas a medidas preventivas;

1.2 — 7 — Decidir sobre pedidos de parecer relativos a pedidos de desafectação do regime florestal e a projectos de emparcelamento rural;

1.3 — Na Directora de Serviços do Ambiente, licenciada Maria Isabel Neto Gomes Rosmaninho

1.3 — 1 — Assinar a correspondência corrente necessária à instrução e tramitação de todos os processos que correm pela respectiva unidade orgânica;

1.3 — 2 — Autorizar deslocações em serviço em território nacional do pessoal da unidade orgânica que dirige, qualquer que seja o meio de transporte;

1.3 — 3 — Nomear os representantes da CCDR nas Comissões de Avaliação de Impacte Ambiental.

1.3 — 4 — Decidir sobre os pedidos de declaração, parecer e autorização no âmbito do licenciamento da actividade industrial, da armazenagem de sucatas e de produtos químicos, de exploração de massas minerais e das operações de gestão de resíduos.

1.3 — 5 — Assinar editais de consulta pública, no âmbito de avaliação de impacte ambiental e de licença ambiental.

2 — As competências delegadas nos pontos 1.2.3, 1.2.4, 1.2.5, 1.2.6 e 1.2.7 podem ser subdelegadas pelo Director de Serviços.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

17 de Setembro de 2008. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Despacho (extracto) n.º 24648/2008

Por meu despacho de 15 de Setembro de 2008, proferido por delegação de competências, conforme despacho n.º 12 163/2007, publicado no *Diário da República* n.º 116, 2.ª série, de 19 de Junho de 2007, foi a licenciada Ana Maria da Luz Ferreira, assistente administrativa principal, nomeada, em comissão de serviço extraordinária, como estagiária da carreira técnica superior (escalão 1 / índice 321), do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, em virtude de ter sido objecto de reclassificação profissional, por reunir os requisitos cumulativos previstos pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro e após ter obtido Parecer Favorável da Secretaria-Geral do MAOTDR.

Nos termos previstos pelo n.º 2, do artigo 128.º, do Código do Procedimento Administrativo os efeitos da nomeação reportam-se à data do despacho de nomeação.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Setembro de 2008. — O Vice-Presidente, *António Manuel Viana Afonso*.

Despacho (extracto) n.º 24649/2008

Por meu despacho de 19 de Setembro de 2008, proferido por delegação de competências, conforme despacho n.º 12 163/2007, publicado no *Diário da República* n.º 116, 2.ª série, de 19 de Junho de 2007, foi o licenciado Agostinho Manuel Alves Tomás, vigilante da natureza de 2.ª classe, nomeado, em comissão de serviço extraordinária, como estagiário da carreira técnica superior (escalão 1 / índice 321), do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais do Alentejo, em virtude de ter sido objecto de reclassificação profissional, por reunir os requisitos cumulativos previstos pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro e após ter obtido Parecer Favorável da Secretaria-Geral do MAOTDR.

Nos termos previstos pelo n.º 2, do artigo 128.º, do Código do Procedimento Administrativo os efeitos da nomeação reportam-se à data do despacho de nomeação.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Setembro de 2008. — O Vice-Presidente, *António Manuel Viana Afonso*.